



\*Continuação... **PETROM Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.**

dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A distribuição do lucro do exercício de 2022 e 2021, está disposta da seguinte forma:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
(=) Resultado do exercício	49.914	39.681
(-) Constituição da reserva legal (5% do lucro líquido)	(2.496)	(1.984)
<b>(=) Base do lucro para distribuição do dividendos</b>	<b>47.418</b>	<b>37.697</b>

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Dividendos propostos	11.855	9.424
<b>Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>28.131</b>	<b>31</b>
Quantidade de ações	18.000.000	18.000.000
<b>Dividendo por ação - R\$</b>	<b>2.2214</b>	<b>0.5253</b>
<b>17. Receita líquida de Venda:</b> A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:	<b>2021</b>	<b>2021</b>
<b>Recita Bruta de Vendas</b>		
Venda de produtos - Mercado interno	433.416	356.517
Venda de produtos - Mercado externo	80.996	57.544
	<b>514.412</b>	<b>414.061</b>

<b>Deduções de vendas</b>		
Devoluções e descontos	(1.915)	(593)
Impostos sobre vendas	(99.528)	(83.202)
	<b>(101.443)</b>	<b>(83.795)</b>
	<b>412.969</b>	<b>330.266</b>

**Receita Líquida de Vendas**

**18. Resultado por natureza: Reconciliação de despesas por natureza:** O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para os exercícios findos em 31/12/2022 e 2021, está demonstrada conforme segue:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Matéria-prima	(270.780)	(196.963)
Despesa com pessoal	(33.851)	(29.491)
Impostos, taxas e contribuições	(690)	(240)
Depreciação e amortização	(4.043)	(3.468)
Energia	(13.132)	(14.461)
Viagens e Estádias	(248)	(97)
Utilização de Bens e Instalações	(2.947)	(2.758)
Material de Consumo	(605)	(581)
Aluguéis e Arrendamentos	(6.640)	(4.569)
Serviços de Comunicação	(110)	(103)
Propaganda e Publicidade	(407)	(384)
Contribuições e Doações	(902)	(731)
Multas e Indenizações	(2)	(15)
Despesas Judiciais	(27)	(138)
Comissões	(1.168)	(1.032)
Fretes e carretos	(12.770)	(10.448)
Despesas com seguros	(2.222)	(1.781)
Ganho do PIS/COFINS - Base de Cálculo ICMS (Nota 7)	13.999	-
Outras Receitas e Despesas	(2.003)	(2.308)
<b>Total</b>	<b>(338.548)</b>	<b>(269.568)</b>

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Classificação por função</b>		
Custos dos Produtos Vendidos	(312.017)	(236.655)
Despesas com Vendas	(22.370)	(18.166)
Despesas gerais e administrativas	(16.157)	(12.439)
Outras receitas/(despesas) não operacionais	11.996	(2.308)
<b>Total</b>	<b>(338.548)</b>	<b>(269.568)</b>

<b>19. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Juros ativos	1	-
Rendimento de aplicação financeira	3.593	938
Varição cambial ativa	6.889	3.879
Descontos Obtidos	17	83
Receita - PIS/COFINS - Base de Cálculo ICMS (Nota 7)	2.966	-
	<b>13.466</b>	<b>4.900</b>

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Juros passivos	(1.354)	(1.083)
Despesas bancárias	(93)	(122)
Varição cambial passiva	(10.073)	(4.093)
Descontos concedidos	(1.651)	(592)
	<b>(13.171)</b>	<b>(5.890)</b>
	<b>295</b>	<b>(990)</b>

<b>Resultado Financeiro</b>		
<b>20. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes: Reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Correntes:</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	74.716	59.708
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(25.403)	(20.301)
Incentivos fiscais	267	235
Despesas não dedutíveis	(2.253)	(1.135)
Ganhos não tributáveis	3.166	1.176
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(24.802)</b>	<b>(20.027)</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(24.802)	(20.027)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-
Taxa efetiva %	<b>33%</b>	<b>34%</b>

**21. Gestão financeira: Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de riscos é realizada pela Administração da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pela Companhia. **a) Risco de mercado:** A Companhia está exposta à riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. **i) Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença em fornecedores em milhares de dólares americanos. **ii) Risco com taxas de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **b) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **c) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela Diretoria Financeira. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	<b>31 de dezembro de 2022</b>			
	<b>Menos de um ano e dois anos</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>
	<b>Valor justo</b>			
Empréstimos e financiamentos	5.786	-	-	-
Fornecedores	12.372	-	-	-
	<b>18.158</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18.158</b>

	<b>31 de dezembro de 2021</b>			
	<b>Menos de um ano e dois anos</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>
	<b>Valor justo</b>			
Empréstimos e financiamentos	2.638	1.800	-	-
Fornecedores	5.503	-	-	-
	<b>8.141</b>	<b>1.800</b>	<b>-</b>	<b>9.941</b>

**d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. **e) Instrumentos financeiros por categoria:**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Ativos</b>		
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4)	28.297	44.005
<b>Empréstimo ao custo amortizado</b>		
Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)	25.140	25.140
<b>Passivo</b>		
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos (Nota Explicativa nº 11)	5.786	4.438
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Fornecedores (Nota Explicativa nº 12)	12.372	5.503
<b>Hierarquia de valor justo:</b> A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: <b>• Nível 1:</b> preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; <b>• Nível 2:</b> inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); <b>• Nível 3:</b> premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis):		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
Caixa e equivalentes de caixa	28.297	-
	<b>2021</b>	<b>Nível 3</b>
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
Caixa e equivalentes de caixa	44.005	-

**Ativos circulantes**  
Caixa e equivalentes de caixa  
A Companhia não deteve, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. **f) Qualidade dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue: **• Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas; **• Contas a receber:** referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito

<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselheiros</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Contador</b>
William Rogério Nicolau - Presidente José Pilon - Vice-Presidente	Valmir Pilon José Geraldo Antunes	Otávio Pilon Filho William Marcelo Nicolau	William Nicolau - Diretor Presidente José Roberto Pilon - Diretor Administrativo/Financeiro
Luciano José Dos Santos Cruz – CRC 1SP172046/O-0			

**Relatório do Auditor Independente**  
Aos Acionistas e Administradores da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** Mogi das Cruzes - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A.** em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:** Conforme divulgado na Nota Explicativa N° 07 Impostos a recuperar, durante o exercício corrente a Petrom Petroquímica Mogi das Cruzes S.A. (CNPJ: 02.340.752/0001-27) obteve decisão favorável em trânsito em julgado para o processo 5001566-05.2017.4.03.6103, que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, tal decisão compreende o período de apuração de março de 2017 a dezembro de 2021 dos referidos tributos. Como consequência do trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tais ações deixaram de representar ativos contingentes, e naquela oportunidade a Administração da Companhia afirmava que ainda não dispunha de informações suficientes para realizar a

mensuração confiável do montante recuperável de créditos. Ato contínuo, durante o exercício de 2022 a Administração da Companhia concluiu o levantamento das referidas informações, mensurando, reconhecendo e divulgando o montante de R\$ 16.965 mil de créditos tributários, assim como, seus efeitos de atualização do referido crédito e tributação sobre o montante do principal reconhecido. Esse processo teve seu reconhecimento em exercício subsequente ao que a Administração da Companhia obteve o trânsito em julgado. Nesse sentido, pelo fato da Administração da Companhia reconhecer o ganho tributário e seus efeitos de forma intertemporária, ou seja, em desacordo com a NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e com a NBC TG 23(R1) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, o patrimônio líquido e o ativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão a menor em R\$ 16.965 mil, líquido dos efeitos relacionados ao reconhecimento do ganho com créditos tributários, assim como o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está a maior no referido montante. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles inter-

nos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que**

dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes, principalmente em clientes em situação de recuperação judicial. **g) Análise dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia é apresentada a seguir:

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contábil</b>
Caixa e equivalentes de caixa	28.297	44.005
Contas a receber e outros créditos	31.177	25.140

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Valor justo</b>	<b>Valor justo</b>
Fornecedores	12.372	5.503
Empréstimos	5.786	4.438

**h) Análise de sensibilidade:** Para a análise de sensibilidade das operações indexadas em moeda estrangeira, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente (taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil). Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável, e não foi avaliada variações significativas em 31 de dezembro de 2022. **22. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos de incêndio, danos elétricos, responsabilidade civil e outros riscos operacionais. Os seguros são contratados em montantes julgados suficientes pela Administração da Companhia para a cobertura de eventuais riscos existentes. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Companhia. **23. Evento Subsequente: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração da Companhia avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>